

A ética e a política entre a razão e o mercado

Ethics and politics: between reason and market

Adriano Naves de Brito¹
andebrito@terra.com.br

RESUMO: Neste texto, quero analisar, sob a perspectiva da moral, os elementos definidores da arquitetura do socialismo e do liberalismo. Pretendo mostrar que ao lado da análise econômica e do cientificismo histórico, o programa moral dessas escolas de pensamento é uma chave privilegiada para se entender a bifurcação em que os movimentos sociais foram colocados nas disputas políticas travadas no último século e meio. No desenvolvimento desta idéia, escolho como via de investigação o tema da ética na política. Para a análise dos fundamentos morais de ambas as correntes, confiro à noção de valor uma posição central e recorro a expoentes do pensamento moral moderno, especialmente a Kant e à filosofia moral empírica de Hume. O valor é, então, na última parte do texto, tomado como eixo para a discussão das relações entre ética e política no escopo do debate entre socialismo e liberalismo.

Palavras-chave: socialismo, liberalismo, ética, política, valor

ABSTRACT: In this paper I want to analyse the main elements of socialism and liberalism under the perspective of morality. I intend to show that besides the economic analysis and the historic scientificism the moral program of these schools of thought is a privileged key to understand the bifurcation with which the social movements have been faced along the political confrontation, which took place in the last century and a half. In order to develop this idea, I choose the theme of ethics in politics as a guiding line in the investigation. To the analysis of the grounds of morality in each of these theoretical positions I gave to the notion of value a central role in the inquiry and I resort to some main figures of modern philosophy, particularly to Kant and the empirical moral philosophy of Hume. In the last part of the paper, value is taken as the ground for a discussion of the relationship between ethics and politics within the scope of the debate confronting socialism and liberalism.

Key words: socialism, liberalism, ethics, politics and value.

1. Dois modelos de ordenamento social disputaram no último quadrante da história a primazia dos projetos políticos: o socialismo e o liberalismo. Eles têm mui-

¹ Unisinos, CNPq.

to em comum, embora tenham animado programas econômicos muito distintos. São ambas concepções alimentadas pelo espírito iluminista que liberou a razão dos dogmatismos teológicos; ambas estão calcadas numa análise das relações econômicas, em especial do papel do mercado para essas relações; e, finalmente, ambas têm em vista um ordenamento social justo. Neste sentido, nenhuma dessas concepções desconsidera em suas postulações as questões morais, o que, justamente, lhes facilita o trânsito da economia e da história para a política.

O mundo vive, sobretudo após o fim da guerra fria desde a queda do muro de Berlim, um período de reordenação geopolítica cujo pano de fundo são ainda, em grande medida, o socialismo e o liberalismo. Na arena ideológica em que esse embate se dá, enfrentam-se os pilares de ambas as correntes. Pilares que lhes são estruturalmente comuns, mas arquitetonicamente distintos. São eles: uma noção de razão, uma interpretação dos mecanismos econômicos e, não menos importante, um programa moral. Uma análise crítica dos pressupostos filosóficos dessas correntes é fundamental seja para compreender o percurso histórico que nos trouxe até aqui, seja para nos fornecer instrumentos para divisar novos horizontes para além de onde nos situamos.

Neste texto, quero analisar, sob a perspectiva da moral, os elementos definidores da arquitetura do socialismo e do liberalismo. Pretendo mostrar que ao lado da análise econômica e do cientificismo histórico, o programa moral dessas correntes é uma chave privilegiada para se entender a bifurcação em que os movimentos sociais foram colocados nas disputas travadas no último século e meio, mas também para ajudar a decifrar a nova ordem de conflitos em que o mundo se vê agora às voltas.

Razão e mercado

2. Tanto o socialismo quanto o liberalismo, conquanto sejam convertidos em programas para a ação política, têm em vista uma sociedade mais justa. Os caminhos se separam na discussão dos meios para se alcançar o que se busca. Razão ou mercado, o que nos pode levar a uma sociedade melhor? O liberalismo aposta em que a ação egoísta de cada um visando a aumentar seus próprios benefícios termina por favorecer o interesse geral da sociedade.

Every individual necessarily labours to render the annual revenue of the society as great as he can. He generally neither intends to promote the public interest, nor knows how much he is promoting it... By preferring the support of domestic to that of foreign industry, he intends only his own security; and by directing that industry in such a manner as its produce may be of the greatest value, he intends only his own gain, and he is in this, as in many other cases, led by an invisible hand to promote an end which was no part of his intention. Nor is it always the worse for society that it was no part of his intention. By pursuing his own interest he frequently promotes that of the society more effectually than when he really intends to promote it² (Smith, [1776] 1950, L. IV, Cap. 2.).

² "Cada um trabalha, necessariamente, para que o crédito anual da sociedade seja o maior possível. Na realidade, ele não pretende, normalmente, promover o bem público, nem sabe até que ponto o está a fazer. Ao preferir apoiar a indústria interna em vez da externa, só está a pensar na sua própria segurança; e, ao dirigir essa indústria de modo que a sua produção adquira o máximo valor, só está a pensar no seu próprio ganho, e, neste como em muitos outros casos, está a ser guiado, por uma mão invisível a atingir um fim que não fazia parte das suas intenções. Nem nunca será muito mau para a sociedade que ele não fizesse parte das suas intenções. Ao tentar satisfazer o seu próprio interesse promove, freqüentemente, de uma maneira mais eficaz, o interesse da sociedade, do que quando realmente o pretende fazer." (Smith, 1993, L. IV, Cap. 2.).

3. O socialismo, por seu turno, vê entre trabalho e capital uma contradição; um campo de tensão e irracionalidade que aliena o homem se si mesmo e que demanda por superação. A eliminação da propriedade privada, fonte de toda troca que perverte uma reta estrutura de valor, tem de ser eliminada para que vingue o bem comum.

The antithesis between *lack of property* and *property*, so long as it is not comprehended as the antithesis of *labour* and *capital*, still remains an indifferent antithesis, not grasped in its *active connection*, in its *internal* relation, not yet grasped as contradiction. ... But labour, the subjective essence of private property as exclusion of property, and capital, objective labour as exclusion of labour, constitute a private property as its developed state of contradiction — hence a dynamic relationship driving towards resolution (Marx, [1844] 1959, III, p. XXXIX).³

4. Os pressupostos filosóficos destas concepções são sem dúvida, em muitos aspectos, distintos. Mas seria produtivo e esclarecedor se se pudesse colocar no eixo das diferenças arquetônicas entre elas na moral? E, de modo mais preciso, na moral em sua relação com a política? Com efeito, tanto o liberalismo quanto socialismo têm raízes profundas em sistemas filosóficos para os quais a moral joga papel central. A filosofia prática de Hutchenson⁴ e Hume⁵, mas também a do próprio Smith⁶, assim como a filosofia hegeliana, cunhada na crítica à filosofia moral de Kant e na tentativa de sua superação, constituem fontes inequívocas para a interpretação respectivamente liberal e marxista dos fenômenos econômicos.

Se não é descabida a tarefa de articular a diferenças entre liberalismo e socialismo pelo viés da moral, ela pode ser desmesuradamente abrangente para um texto com pretensões tão modestas como tem de ser este. A fim de domar a tendência à desmedida, quero abordar o tema obliquamente, a saber, pela via da pergunta — atualíssima nestes tempos aqui no país — pela ética na política. A questão é, pois, que matiz teórico podemos destilar de cada uma das concepções em tela, se pensarmos com elas a demanda cada vez mais estridente nas paisagens contemporâneas por mais ética na política?

Ética e política

5. Partamos da pergunta mais geral sobre o tema: será possível conciliar ética e política? A indagação pela possibilidade de conciliação da política com a ética pressupõe o reconhecimento tácito do desconforto de uma com a outra. Como todos reconhecemos que a pergunta goza de algum sentido, somos obrigados a confessar que aceitamos de antemão que a ética não se harmoniza sem mais com a política; e que uma ação política tende mesmo a não ser ética, embora estejamos inclinados a dizer que uma ação ética seja uma boa ação política e que uma boa ação política deva ser ética. É, aliás, esta inclinação para a aceitação do pressuposto de que ética e política devem estar estreitamente articuladas que motiva, por trás

³ “A antítese entre *falta de propriedade* e *propriedade*, enquanto não é compreendida como antítese entre *trabalho* e *capital* permanece uma antítese indiferente, não compreendida em sua *conexão ativa*, em sua *conexão interna*; ainda não compreendida como contradição. ... Mas o trabalho, a essência subjetiva da propriedade privada como exclusão da propriedade, e o capital, o trabalho objetivo como exclusão do trabalho, constitui a propriedade privada como o seu estado desenvolvido de contradição, portanto, uma relação dinâmica que se dirige à uma resolução.” (minha tradução)

⁴ Cf. Hutchenson, [1755] 1969.

⁵ Cf. Hume, [1739] 1978.

⁶ Cf. Smith, [1776] 1950.

do cenário, por assim dizer, a proposição de questões como a formulada acima. A ética *deve* se conciliar com a política, embora este não seja o caso. A pergunta expressa também a indignação com a situação de fato, isto é, com a dissonância entre o que *deve ser* e o que *é*. Mas por que não *é* assim se *deveria* ser assim? A propósito, *deveria* ser assim?

Delimitemos um pouco nossos conceitos para estarmos daqui por diante no mesmo dialeto. Falamos aqui da ação política nos negócios de Estado, por conseguinte, da ação político-partidária — ou não — na busca da conquista do poder ou simplesmente da ação no âmbito institucional do Estado civil. A ação moral⁷ vamos entendê-la como a ação ditada por princípios que apontam o que deve ser o caso, mas que ainda não o é no reino da natureza. Logo, ela é uma construção humana.

6. O desconforto da ética com a política, e vice-versa, parece decorrer da dificuldade de conjugar os princípios que regem a ação política e aqueles que devem reger a ação moral. Para Kant (1724 – 1804), filósofo que está na imbricação entre empirismo e racionalismo, a questão ética fundamental é formulada assim: “O que devemos fazer?” A resposta que ele propõe é bem conhecida, qual seja, o Imperativo Categórico. O princípio axial do Imperativo Categórico é o da possibilidade de universalização, pela vontade, da ação como lei, como lei moral. “Age como se a máxima da tua ação se devesse tornar, pela tua vontade, em lei universal da natureza” (Kant, 1980, 2º Seção, §33). Assim o formula Kant na *Metafísica dos Costumes*. O formalismo ético kantiano, apontado já desde Hegel (1770-1831), não brota, contudo, como se poderia supor, da idéia de universalização da ação como lei. Com efeito, a essência mesma da moral, como determinação do plano do dever-ser, é o princípio de universalidade, por conseguinte, o princípio da adequação da ação a um ponto de vista universal. A ação deve adequar-se a princípios válidos *para todos*. Sobre este aspecto do caráter da moral concordam Kant, Hegel e tantos quantos a trataram sob a ótica prescritiva de uma doutrina para determinar a ação no mundo.

O conceito chave nesta discussão é o conceito de “universalidade”. A ação moral é aquela que concilia o universal ao particular; é, pois, uma ação particular de caráter universal. Agir moralmente é realizar num ato particular da vontade uma ação com caráter universal; isso pelo menos para a tradição filosófica até Nietzsche⁸. Esta adequação é possível somente na medida em que a ação particular é realizada já desde a perspectiva universal do dever, de modo que no mundo das coisas que são se realize o que deve ser.

7. Explicitada a natureza da ação moral é preciso definir a natureza da ação política frente a ela. A pergunta fundamental é se a ação política *deveria* ser coagida sob princípios morais. Ou, com maior contundência, se a ação política *deveria* ser também uma ação moral. Ou ainda, se a política *deveria* ser o meio de efetivação da moralidade. A radicalidade desta questão está em que ela não aceita de antemão o princípio da necessária adequação entre a política e a ética e com isso nos lança imediatamente para o centro da investigação sobre a relação da natureza do ético com a natureza do político.

Conceda-se que a ação política deva ser ética. Ora, no mesmo lance, se concede que ela deve ser determinada pelo princípio da universalização da ação. Com isso concede-se ainda que a ação política seja meio de realização da moralidade e que, portanto, cada ação política particular tem de ter um caráter universal na

⁷ No uso que faço dos termos “ética” e “moral” nestes texto, trato-os como sinônimos, embora respeite formulações padronizadas da língua, como por exemplo “ética na política”.

⁸ Cf. a propósito a análise nietzscheana da história da moral em sua *Zur Genealogie der Moral*. A historicidade dos valores morais mostrada por Nietzsche opera na direção de destroná-la de sua edificante pretensão universal.

medida em que realize no mundo o que deve ser. O problema é que concedê-lo implica em admitir o conhecimento do que deve ser; implica o conhecimento da resposta à pergunta: “o que devemos fazer?”. Isto equivale a dizer que se a política tem de efetivar a moralidade, então quem age politicamente tem de saber o que é o bem que se deve se o caso no mundo, mas que ainda não o é.

8. O Filosofia prática kantiana é acusada de formalista porque a resposta à pergunta: “o que devemos fazer?” é um esquema, um imperativo sem conteúdo. O universal é em Kant um universal abstrato, vazio, portanto. Um universal que não se pode efetivar porque nada contém, mas que, mesmo assim, serve como metro a aferir o valor das ações. Quanto mais próxima estiver a ação do paradigma moral explicitado no Imperativo Categórico, tanto mais valorosa ela será; de modo que quanto menos ação for motivada por inclinações sensíveis e mais pelo mero sentimento de respeito à lei, tanto mais valor ela terá. Nesse sentido, a ética kantiana serve perfeitamente para fundamentar o direito — porque dá a medida do valor e ela é a lei —, mas não fornece nenhuma regra determinada para a partição justa, por exemplo, ou para a formulação de um modelo determinado de sociedade. Com ele temos uma teoria do valor moral, mas apenas subsidiariamente — e isso se confirma na escassa e problemática casuística de Kant — a edição de um conjunto prescritivo de valores.

A partir da perspectiva de Kant, o conhecimento que se pode ter do que deve ser o caso está mediado pelo respeito à lei jurídica e ao imperativo que lhe serve de fundamento. Assim, a ação política será ética se for simplesmente conforme à lei. Mas a ética permanece, neste caso, vazia. O conteúdo da ação política não está pré-determinado e não pode sê-lo. A natureza da ação política é, pois, a busca da efetivação de uma vontade, representada ou não por partidos, mediante meios conformes à determinação da lei. A ação política ética se define aqui como a ação política legal.

9. Os críticos do formalismo kantiano não se satisfazem com este resultado aparentemente acanhado. A resposta à questão ética fundamental não pode ser um esquema, alegam eles; não pode ser um universal vazio, mas deve ser um universal concreto. Com isso a resposta à pergunta “o que devemos fazer?” sai do esquematismo da norma para a concretude do projeto. A ação política será ética na medida em que realiza um projeto, a saber, o conteúdo do universal concreto. Neste caso, a legalidade não é apenas uma imposição jurídica, mas um imperativo de uma justiça determinada concretamente no conteúdo universal de uma certa ética. Segundo essa perspectiva, a natureza da ação política ética não é simplesmente a adequação com o legítimo, mas a realização de um projeto ético determinado e com um conteúdo prescritivo concreto.

As conseqüências práticas de qualquer uma destas posições são diretas e comprometedoras. Horkheimer e Adorno no texto *O conceito de Iluminismo* (1980, p. 98) afirmam a certa altura que a justiça perece no direito. A afirmação fulmina as éticas formalistas, cujo calcanhar de Aquiles é justamente a indeterminação do conteúdo da ética e, por conseguinte, da justiça. Esta fraqueza, entretanto, é, desde uma outra perspectiva, sua maior virtude. Numa perspectiva para a qual a recusa da determinação absoluta do conteúdo ético é um princípio constitutivo, o formalismo ético é um bem. Desde este ponto de vista, o que importa não é a prescrição de ações determinadas, mas o estabelecimento de normas nos limites das quais a ação política se tenha de realizar.

10. Ora, o conteúdo do que deve ser feito não pode ser prescrito, propõe a perspectiva formalista; mas apenas a norma que orienta a decisão sobre o agir é que

deve ser fornecida. Sem esta limitação é a liberdade que sucumbe e com ela a própria noção de ética. E não apenas isso, o conceito de ação se esvazia porque desaparece nele a qualidade da autonomia. O mesmo ralo que traga a ética e a autonomia, traga também a política. Aquela limitação da ética não resulta, então, de uma debilidade, mas pode ser vista como obra de uma razão crítica. É ação deliberada. A determinação de limites para uma razão prescritiva é justamente o que garante espaço para a ação política, mas também para a diversidade e para a divergência entre as ações políticas de indivíduos livres e autônomos. Se o futuro não se deve decidir de véspera, então ele é uma equação cujo domínio são interesses de indivíduos autônomos que devem, não obstante isso, executar suas ações nos limites das regras estabelecidas. Ético é o lance legítimo; logo, conforme às regras do jogo.

11. A filosofia moral britânica que está nas raízes do liberalismo não é por certo formalista. Guarda, no entanto, com ele a peculiaridade de não prescrever um conteúdo determinado para a ação. Seu interesse é, como em Kant, a teoria do valor. Kant serve como um elo de ligação teórico entre liberalismo e socialismo somente na medida em que a crítica hegeliana ao seu formalismo implica a absorção pela ética de um conteúdo determinado — em última instância o próprio porvir da história — ao passo que a indeterminação material é o que aproxima Kant aos moralistas britânicos.

O que os interessava, a Kant tanto quanto àqueles moralistas, era a determinação do fundamento do valor — valor moral, por certo, mas também econômico ou da mercadoria, como o demonstra a obra magna de Adam Smith (1776). Kant funda o valor no interesse da liberdade, os britânicos em tela na utilidade, mas em nenhuma das duas filosofias a ação política está determinada por uma lógica que une o que é com o que deve ser. A ação é prerrogativa dos homens no exercício de sua liberdade. Aliás, a liberdade é um conceito eminentemente moral seja para a filosofia crítica seja, por exemplo, para o utilitarismo de Hume. O liberalismo — e tampouco a filosofia política kantiana — não se recusa de nenhum determinismo político porque a ética não consiste na efetivação de um conteúdo concreto, mas se mostra nos juízos na medida em que exprimem e divisam valores. Nesse sentido, a moral liberal deveria ser vista como descritiva e não como normativa. O mercado não é um princípio a espera de efetivação, mas a descrição do modo como o valor é edificado, oscila e pode ser desconstruído.

Para voltar ainda uma vez à conexão que Kant estabelece entre a filosofia moral britânica e sua contraparte idealista alemã, mas agora por uma via negativa para o utilitarismo, é a ausência de um padrão regular e absoluto de valor o que mais distancia Kant de suas fontes empiristas e o aproxima do idealismo hegeliano. No que tange ao valor, Kant se recusa da falta de um absoluto na filosofia empirista, da falta de um valor absoluto. Já o idealismo, assim como a sua inversão materialista, fazem dele a seu ponto arquimediano.

12. O dilema em que se colocam às éticas idealistas, de orientação materialistas ou não, é agora evidente. O problema é o risco da afirmação do conhecimento absoluto do conteúdo ético, do conteúdo daquilo que deve ser. Afirmá-lo dogmaticamente significa emascular o conceito de liberdade. Como vimos, a ética se torna então dogmaticamente prescritiva. A ação livre, e com ela a ação política, perdem substância. Estes conceitos não são de fato expurgados, mas freqüentam o universo ético idealista, como criaturas destiladas, voláteis. Determinado absolutamente o que deve ser, cabe apenas realizá-lo, isto é, efetivá-lo no mundo. É óbvio que a ação não é aqui um cego tatear normatizado. Ela visa a um fim e o fim está posto. Sua natureza é o absoluto. Não obstante, é claro também que ela não é livre, quer dizer, aberta à oscilações e incertezas, justamente porque o que deve ser já está posto absolutamente e isso obstrui toda indeterminação real.

Se procuramos aí o espaço para a ação política, constatamos que ele se foi. Sem a possibilidade da indeterminação não sobra brecha alguma onde possa vicejar uma ação política autêntica. Com efeito, o espaço próprio da ação política é a indeterminação, o conflito de interesses e de projetos. Se ela deve servir à efetivação de um conteúdo ético pré-determinado, e não apenas isso, mas absolutamente determinado, então a ação política é destilada em cega militância para a necessária efetivação de um conteúdo não suscetível às oscilações imprevisíveis do mercado. A razão, via de acesso ao absoluto, divisa e marca a rota para o valor em si.

À guisa de conclusão

13. Vista desde a perspectiva moral, que constituiu a pedra de toque do excuro até aqui, a disputa entre liberalismo e socialismo acerca da primazia do mercado ou da razão na consecução de uma sociedade justa e melhor encerra um confronto teórico com um eixo inesperado, a saber: o valor. A teoria do valor de ambas as correntes guardam diferenças abissais e isso, como tentei indicar, tem reflexos profundos na constituição de suas concepções políticas. Com variantes cuja diversidade reconheço desde já, o liberalismo está calcado numa teoria do valor para a qual o absoluto carece de significado. O mercado, num sentido que vai além do lugar de trocas de mercadorias — mas que também o inclui — é onde o valor emerge como uma efetividade sempre relativa às forças que se confrontam na busca de serem hegemônicas. Visto assim, o mercado é o espaço de efetivação da ética tanto quanto o é da política. Na verdade, ele é uma coisa somente na medida em que é a outra.

O problema com essa concepção é o relativismo dos valores. Um relativismo que vai da mercadoria à ética e dessa à política, num movimento que dissolve no espaço da ação pública os parâmetros e os marcos inalteráveis com os quais se possa balizar firmemente os juízos. A indeterminação, à medida que submete a racionalidade aos interesses individuais na disputa por primazias temporárias, acosa os agentes expondo-os a grandes incertezas. A questão “o que é certo fazer?” nunca recebe uma resposta inequívoca.

Contra essa ordem de indeterminação, o socialismo oferece um porto seguro, uma ancoragem sólida da ação política no leito de valores absolutos. Humanistas, é claro, mas acima de tudo racionais. Contra os imprevisíveis ditames do mercado, a reta prescrição da razão. À política, desde esta concepção, cabe o papel de efetivar uma ética já dantes divisada pela razão.

14. Voltemos à nossa questão inicial: será possível conciliar ética e política? O que tentei mostrar aqui é que as concepções acerca das relações que subsistem entre ética e política variam no socialismo e no liberalismo em função da teoria do valor que defendem. Num certo sentido e no nível da ação efetiva, a relação entre ética e política é para elas mutuamente determinante. Toda ação política propõe e visa instaurar um universo ético próprio. Esta é uma legítima pretensão do agente político. A ação política é uma ação que visa a efetivar um conteúdo ético determinado, que visa a determinar o que deve ser eleito como expressão do bem e que se pressupõe como bem universal a se alcançar com a ação política. Contudo, do ponto de vista da moral liberal, não se pode falar da Ética, mas de éticas em disputa por hegemonia num campo em que o valor oscila na política à semelhança com os preços nas trocas. Não aleatoriamente, por certo, mas imprevisivelmente. Já do ponto de vista da moral socialista, a ação é dirigida à dissipação do relativismo incontrolável do valor, o dos preços e os morais. O mercado, no seu sentido amplo, é espaço transitório de indeterminação e conflito, e que perdura até o ponto em que as contradições desestabilizadoras da sociedade sejam superadas. A essa supe-

ração se dirige a ação política no socialismo. A política não é senão o campo de efetivação de uma ética do valor absoluto.

Posto um conteúdo ético com valor não relativo, a política é relegada a um plano instrumental e é esse o perigo que espreita as ações dos movimentos de esquerda. A recusa intransigente ao relativismo do valor, embora plenamente compatível com a pretensão universalizante da vontade de cada agente, é uma ameaça à sua própria capacidade de agir e de disputar a hegemonia nos espaço público, porque uma ameaça a este próprio espaço. Uma ameaça à política, portanto. Afinal, é a indeterminação do valor que garante a ação política de todos os agentes, mediada pelos conteúdos éticos que cada um elege. Do ponto de vista da regulamentação da ação política, aos conteúdos morais devem ser conferidos valores apenas relativos, de sorte que os agentes tenham o direito de disputar com outros a validade desses valores.

Neste ponto, saltamos para um nível superior em que a relação entre política e ética deve subsistir. Este é o nível formal do direito. Ora, toda ação política determinada, que vise instaurar um universo ético concreto, só pode ser legítima se estiver conforme a um esquema formal de direitos que ela própria defende como condição de possibilidade de sua pretendida hegemonia. Este espaço ético formal é na verdade a condição de possibilidade de convivência de vontades individuais livres e autônomas. Neste nível, a política não instaura a ética, mas nela se legitima para buscar efetivar um conteúdo ético determinado no mundo factual. É claro que o direito é, num sentido essencial, ele próprio um produto da política, quer dizer, a expressão do equilíbrio relativo de forças que almejam ser hegemônicas. Por isso, neste plano, pode-se falar de uma ética meramente formal, isto é, uma ética como uma moldura pressuposta, e tacitamente sustentada pela vontade dos agentes envolvidos, no interior da qual o valor pode emergir. Se há um sentido para a defesa dos pendores democráticos dos envolvidos nas disputas políticas, então é este: a defesa intransigente das condições somente sob quais o embate político se pode dar, o que inclui a defesa da impossibilidade de vitória absoluta e definitiva sobre o oponente.

15. A distinção entre estes níveis da relação entre a política e a ética e o cuidado em não transgredir sua fronteiras é fundamental. Se por um lado, toda ação política concreta deve pressupor sua validade universal e buscar efetivá-la legitimamente, por outro, a validade, note-se bem, deve ser sempre e apenas pressuposta. Se se lhe empresta a qualidade de absoluta, o legítimo passa a ser somente o que coincide com um projeto ético-político determinado. Isto é a tirania e a tirania é a interdição da liberdade, a dissolução da ética, o aniquilamento da política, a barbárie.

A perspectiva ética na leitura da disputa entre liberalismo e socialismo mostrou que a exigência de ética na política não é ingênua e certamente vai muito além da grita contra a corrupção. Ela é também a proposição de um projeto e exige, para além do respeito às leis, mas não sem esta condição, o confronto de projetos ético-políticos que por essa exigência se manifestam. Mas a perspectiva ética neste excursus mostrou mais do que isto. Mostrou, afinal, que o universo ético não se efetiva com o direito, mas só pode se efetivar pelo direito. A ação política à margem da lei é corrupta, a contrária à lei é tirânica. Contra a tirania, qualquer que ela seja, também o socialismo se deve levantar, sob pena, como o demonstra a história, de sucumbir a ela. Mas agora, se e em que medida o socialismo democrático se diferencia do liberalismo, essa é uma pergunta que deixo ao leitor (e ao debate).

Referências

- HORKHEIMER-ADORNO. 1980. *O Conceito de Iluminismo*. Col. Pensadores. São Paulo, Abril Cultural.
- HUME, D. [1739]1978. *A Treatise of Human Nature*. L.A. Selby-Bigge (ed.). 2ª ed., Oxford, Clarendon.
- HUTCHENSON, F. [1755]1969. *System of Moral Philosophy*. G. Olms.
- KANT, I. 1980. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo, Abril Cultural.
- MARX, K. [1844]1959. Economic and Philosophic Manuscripts of 1844. In: *Marx and Engels Collected Works*. Vol. 3, Londres, Lawrence & Wishart.
- NIETZSCHE, F. 1990. *Zur Genealogie der Moral*. Munique, Nymphenburger.
- SMITH, A. [1776]1950. *The Wealth of Nations*. 6ª ed., London, Methuen & Co. Citada no texto a partir da tradução de Teodora Cardoso e Luís C. de Aguiar, 3ª ed. Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1993.